

DATALUTA



BOLETIM DATALUTA

Uma publicação do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA.
Presidente Prudente, maio de 2022, número 173. ISSN 217-4463.

www.fct.unesp.br/nera

ARTIGO DATALUTA

QUESTÃO AGRÁRIA E POVOS DA FLORESTA DE MATO GROSSO: LUTA, RESISTÊNCIA E ESPERANÇA

ARTIGO DO MÊS

MÉTODOS ATIVOS DE ENSINO E OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS PROFESSORES RESPONSÁVEIS PELA EDUCAÇÃO DO CAMPO EM TUCANO-BA

Acesse aqui: <https://www.fct.unesp.br/#!/pesquisa/dataluta/periodicos-dataluta/boletim-dataluta/>

EVENTOS

VIII Seminário nacional de integração da graduação e pós-graduação em geografia; XXII Semana de geografia; XVII Encontro de estudantes de licenciatura em geografia.

Tema: A ciência geográfica e os dilemas atuais da humanidade: entre guerras e pandemias.
Presidente Prudente, 17 a 21 de outubro de 2022;

Taller De Investigación, Acción Participativa En Agroecología Y Soberanía Alimentaria
14 a 17 de setembro de 2022, São Paulo, Brasil

PUBLICAÇÕES, VÍDEOS E POD TERRITORIAL



Livro: **Geografia da Soja III: novas fronteiras da técnica no Vale do Araguaia** – Organizadoras: **Júlia Adão Bernardes e Roberta Carvalho Arruzzo**.

Para baixar:
<http://nuclamb.geografia.ufri.br/geografia-da-soja-iii-novas-fronteiras-da-tecnica-no-vale-do-araguaia/>



Webinar Rede DATALUTA
Realização: Rede DATALUTA.

Canal de webinars da Rede DATALUTA, a rede de grupos de pesquisas em Geografia Agrária mais ampla do Brasil. Confirmam os vídeos que já estão disponíveis, resultados de seminários virtuais com os mais variados temas!

Para ver:
<https://www.youtube.com/c/REDEDATA LUTA/videos>

PodCast Unesp – Pod Territorial.



Autores: *Vários*

O Podcast Unesp, em parceria com a Cátedra Unesco Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial, publica semanalmente noticiário sobre Reforma Agrária, povos de diferentes etnias, questões geográficas e outros assuntos que colaboram significativamente no desenvolvimento social.

Para ouvir/baixar:
<http://podcast.unesp.br>

EQUIPE:

Revisão, Edição e Coordenação: Aline Albuquerque Jorge, Bruna Gonçalves Costa, Danilo Valentin Pereira, Eduardo P. Girardi, Gerson Antonio Barbosa Borges, Lara Dalperio Buscioli, Lucas de Brito Wanderley e Wilians Ventura Ferreira Souza.

Leia outros números do **BOLETIM DATALUTA** em

<https://www.fct.unesp.br/#!/pesquisa/dataluta/periodicos-dataluta/boletim-dataluta/>

QUESTÃO AGRÁRIA E POVOS DA FLORESTA DE MATO GROSSO: LUTA, RESISTÊNCIA E ESPERANÇA

Onélia Carmem Rossetto

Pesquisadora do Grupo de Pesquisas em Geografia Agrária e Conservação da Biodiversidade –
GECA da Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT.
carmemrossetto@gmail.com

Raquel Maia de Brito

Pesquisadora do Grupo de Pesquisas em Geografia Agrária e Conservação da Biodiversidade –
GECA da Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT.
raquelbrito260@gmail.com

Giseli Dalla-Nora

Pesquisadora do Grupo de Pesquisas em Geografia Agrária e Conservação da Biodiversidade –
GECA da Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT.
giseli.nora@gmail.com

Paulo Augusto Ramalho de Souza

Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT
paramalho@gmail.com

Diogo Marcelo Delben Ferreira de Lima

Pesquisador do Grupo de Pesquisas em Geografia Agrária e Conservação da Biodiversidade –
GECA da Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT.
diogo.lima@ufmt.br

INTRODUÇÃO

No Brasil, a Questão Agrária está associada diretamente a questão ambiental pois, o agronegócio avança como indutor da lógica capitalista que se apropria e transforma a natureza, a cultura e a sociedade dos povos indígenas e comunidades tradicionais.

No Estado de Mato Grosso, o agronegócio avança controlando territórios e bens naturais, em processos de exploração e dominação, concentrando a posse da terra, interferindo nos modos de vida do camponês e dos povos originários, promovendo a exclusão pela intensa produtividade, dominando a terra, a tecnologia de produção e as políticas de desenvolvimento (ROSSETTO, DALLA NORA; MANFRINATE, 2021). Tendo como característica a monocultura destinada à exportação e o uso intensivo de agroquímicos, se apropria dos territórios e cria redes de dominação ideológica e política, assim, Mato Grosso tem 99% de seu valor de produção resultante das lavouras temporárias de soja, milho e algodão, (SAMPAIO, GIRARDI E ROSSINI, 2020), ocupando em diferentes proporções os três biomas naturais do estado: Amazônia, Cerrado e Pantanal.

A lógica da apropriação do território reside na retirada da vegetação nativa e sua substituição pelas monoculturas com o apoio de legislações e mecanismos de gestão que favorecem ações ilegais. Segundo dados do MapBiomas escritos por Azevedo et. al. (2022), no Brasil, entre 2019-2021 os Biomas Amazônia e Cerrado juntos representaram 89,2% da área desmatada no país. Em 2021, a Amazônia teve 59% da sua área desmatada (977.733 ha); o Cerrado 30,2% da área (500.537 ha), e o Pantanal registrou um aumento de 15,7% de desmatamento. No que concerne as unidades federativas, em 2021, o Estado de Mato Grosso ocupou o terceiro lugar em área desmatada (11,47%), perdendo apenas para Estado do Pará que lidera o ranking do desmatamento (24,31%) e o Amazonas (11,75%).

Tal cenário revela uma realidade extremamente perversa e preocupante pois, há vários povos que vivem das condições naturais dos biomas, das águas, da fauna e da flora, especificamente no Estado de Mato Grosso, registra-se 87 identidades de grupos sociais e 45 etnias indígenas que ocupam 78 Terras Indígenas – TIs (SILVA E SATO, 2010) e inúmeras populações tradicionais, ribeirinhos, extrativistas, camponeses, pescadores profissionais artesanais.

A presença das TIs e das áreas das populações tradicionais protegem as florestas e a biodiversidade e representam barreiras ao avanço do desmatamento e de outros processos de espoliação e

degradação característicos do capitalismo, todavia, a intensificação das expropriações de suas terras, forjadas na invasão e na grilagem, consolida-se de forma rápida e agressiva, causando uma destruição inestimável a natureza e aos modos de vida.

Diante disso, o objetivo do presente artigo consiste em desvelar e analisar as principais manifestações que representam a luta, a resistência e a esperança dos povos da floresta de Mato Grosso durante o ano de 2020, com base nos dados levantados pelo Grupo de Pesquisas em Geografia Agrária e Conservação da Biodiversidade-GECA/UFMT, no âmbito do Projeto DATALUTA Mato Grosso, vinculado à Rede DATALUTA Brasil, coordenada pelo NERA (Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária)- UNESP.

Os aportes metodológicos estiveram centrados no levantamento dos dados primários acerca dos sujeitos envolvidos ou sobre questões relacionadas ao território, por meio do levantamento de notícias dos principais meios de comunicação, a partir do *Google Alerta*. As notícias envolvem os povos tradicionais e originários e ressaltam as ações dos movimentos socioterritoriais, podendo ser reivindicativas, propositivas ou defensivas. As ações registradas integram a luta cotidiana ou uma agenda de lutas, enfatizando sua espacialidade e territorialidade, acompanhando seus desdobramentos (DATALUTA, AGRÁRIO, 2021). Foram analisadas 37 notícias coletadas durante o ano de 2020. Utilizou-se como técnica de sistematização o software NVIVO que produz nuvens de palavras e análises de clusters. A nuvem de palavras permite de forma prática e objetiva produzir inferências do conteúdo textual atrelando-o ao seu contexto social,

Destaca-se que o tratamento dos dados, com a organização e exploração deles utilizando-se dos recursos disponíveis do Nvivo 12 em combinação às ferramentas do Excel®, para compreender o discurso científico e as abordagens dos elementos presentes no framework de desempenho dos movimentos socioterritoriais. Durante o tratamento dos dados, os resultados do estudo foram preparados para serem apresentados com a inferência e interpretação dos autores.

A aplicação do software Nvivo 12 se deu no intuito de explorar o conjunto das notícias dos povos da floresta com foco na identificação das categorias e das frequências da presença dos conceitos. Registre-se que também foi aplicada a ferramenta de análise de agrupamento ou de cluster. A análise de cluster, de forma sintética é uma técnica estatística para classificar elementos em agrupamentos, de uma forma que os elementos (termos) dentro de um cluster sejam semelhantes e elementos de clusters diferentes sejam distintos entre si.

Quanto análise de cluster em pesquisas exploratórias Lima et al (2019) destacam que é uma técnica exploratória, em que é possível identificar no conjunto de dados uma estrutura de agrupamento natural, visando descobrir e avaliar a dimensionalidade e identificar valores atípicos. Dispõem-se observar os dados, agrupando os indivíduos com base nas similaridades ou o distanciamento (dissimilaridades). Além da maximização da homogeneidade dos indivíduos e a maximização da heterogeneidade entre os grupos (LIMA et al, 2019).

Aliada a tais técnicas, procedeu-se a análise do conteúdo das notícias atendendo aos pressupostos de Bardin onde “unidade de significação a codificar e corresponde ao segmento de conteúdo a considerar como unidade base, visando a categorização e a contagem frequencial” (BARDIN, 2020, p.130), por tratar-se de povos da floresta, tece-se reflexões sobre o sujeito coletivo baseado nos seus movimentos socioterritoriais.

MATO GROSSO: CENÁRIOS DE LUTA E RESILIENCIA DOS POVOS DA FLORESTA

No Brasil, a partir do ano de 2019, ocorreu o desmonte do aparelho estatal e a destruição das conquistas democráticas dos mecanismos de controle social por meio da participação da sociedade civil organizada, principalmente pela extinção, esvaziamento ou inoperância das atribuições dos conselhos como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf), Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) e a Comissão Nacional de Combate ao Trabalho Escravo (Conatrae).

Além disso, Sauer; Leite; Tubino (2020) asseveram que, a gestão do então presidente da república Jair Messias Bolsonaro (2018-2022) intensificou a mercantilização dos bens naturais e o apoio ao agronegócio, por meio da edição de medidas de desregulamentação setorial. Ocorreu também, a ampliação e aprofundamento das crises já existentes com a expansão da crise sanitária devido à Pandemia do COVID-19.

Em relação aos povos da floresta, ocorreu a paralisação da demarcação e homologação de terras indígenas e o aumento das ameaças de liberação da mineração e o arrendamento (PL 191/2020 e PEC 187/2016, respectivamente), ademais, aventou-se a possibilidade de revisão das bases de dados geográficas do governo federal podendo facilitar a regularização de posseiros nessas áreas. Registrou-se também, a ausência de novas homologações e demarcações de territórios quilombolas, em síntese instalou-se uma

política genocida de segregação e extermínio dos indígenas e povos tradicionais, evidenciando o racismo institucional compreendido como ações ou omissões sistêmicas (normas, práticas, critérios e padrões formais e não formais) por instituições públicas ou privadas, que deixam de ofertar atividades e serviços qualificados às pessoas em função da sua raça, cor, ascendência, cultura, religião, origem racial ou étnica.

Desenha-se, assim, um quadro analítico em que as intencionalidades políticas do governo Bolsonaro aliada a pandemia de COVID-19, agravaram o racismo institucional em relação aos povos da floresta, especialmente os indígenas (Figura 01), por meio da negação sistemática dos direitos fundamentais à vida humana.

Figura 1: Relevância dos Principais Termos identificados no Banco De Dados – Dataluta Floresta Mato Grosso (2020)



Fonte: Banco de Dados Dataluta Mato Grosso Floresta (2020)
Org. Os autores (2022)

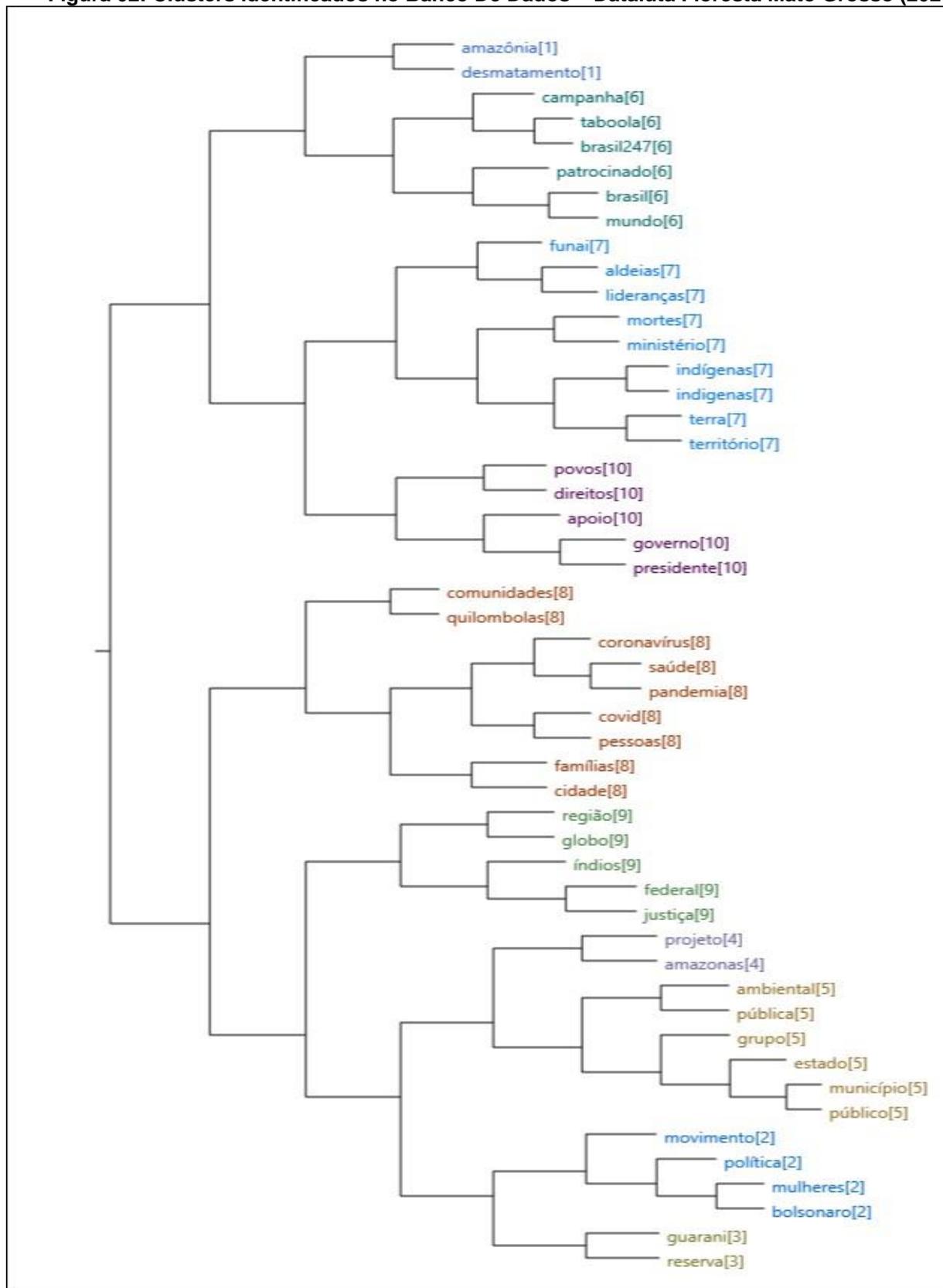
A centralidade do termo “indígenas” destacada na figura 01, evidencia sua vulnerabilidade no contexto da pandemia de COVID-19 pois, a análise do conteúdo das notícias ressaltam que os quase 22 mil indígenas que habitam no Mato Grosso estavam entre os grupos mais vulneráveis da crise sanitária e econômica vivida no período, inclusive apontando a preocupação com um possível genocídio e divulgando a ausência de providências por parte do poder público que aguardou o avanço da doença para tomar medidas como a instalação de barreiras sanitárias.

O termo “Comunidades” apresenta destaque na figura 01 e está atrelado aos incêndios florestais que assolaram o estado durante 2020, principalmente a Comunidade da Reserva Extrativista (Resex) Guariba-Roosevelt, unidade de conservação no noroeste de Mato Grosso, legalmente reconhecida desde 2015, todavia seus limites sofrem ameaças constantes por invasores ilegais, como fazendeiros, garimpeiros e madeireiros. Ressalta-se também na figura o termo “Quilombolas” que também foram afetados pelos incêndios florestais e pela pandemia de Covid-19.

Os termos “terra”, “povos”, “governo”, e a categoria geográfica “território”, expressam a intencionalidade dos conteúdos das notícias analisadas neste texto, sendo assim as relações de poder que se instituem neste território estão ligadas a conflitos, e disputas e violência no campo.

A análise de cluster formados na figura 02, demonstra as relações de interdependência entre os termos analisados e busca explicar as situações evidenciadas nos discursos analisados.

Figura 02: Clusters identificados no Banco De Dados – Dataluta Floresta Mato Grosso (2020)



Fonte: Banco de Dados Dataluta Mato Grosso Floresta (2020)
Org. Os autores (2022)

O clusters com a frequência mais elevada atrela os termos: *povos, direitos, apoio, governo, presidente* e determina o conteúdo do material analisado, onde os povos da floresta reivindicam que o poder público desempenhe seu papel e respeite seus direitos. Tal indicador aliado aos tipos de ações desenvolvidas pelos povos que habitam as florestas de Mato Grosso (Figura 03), confirma que durante o ano de 2020, as manifestações estiveram centradas nas denúncias expressas através de carta de repúdio, abaixo-assinado, ofício entre outras, para ter visibilidade perante a sociedade.

As notícias analisadas, filtradas para o estado de Mato Grosso e sistematizadas pela equipe do DATALUTA FLORESTA ilustram a mais diversas formas de manifestações dos movimentos socioterritoriais como denúncias que foram registradas 10. Cartas de repúdio, cartas públicas, notas públicas, abaixo assinados e ofícios foram os tipos de manifestações que puderam ser realizadas diante das medidas de distância social impostas pela pandemia e representam o registro dos diversos ataques sofridos pelos povos da floresta.

Figura 03: Tipos de Ações Desenvolvidas pelos Movimentos Socioterritoriais dos Povos da Floresta – Mato Grosso/2020.



Fonte: Banco de Dados Dataluta Mato Grosso Floresta (2020)
Org. Os autores (2022)

Observando o cluster, a maior frequência esteve ligada a: *povos, direitos, apoio, governo, presidente* (10) está correlacionado com o cluster de frequência (7) que demonstra a principal reivindicação expressa pelos movimentos socioterritoriais: o respeito a terra e aos territórios indígenas e denunciam a ineficiência das condições sanitárias onde o termo *morte* ganha destaque expressivo e põe em evidência a maior vulnerabilidade política, social e ambiental dos povos da floresta especialmente os indígenas e quilombolas.

Tal situação está registrada no cluster de frequência (8), que identifica a pandemia do COVID-19 na perspectiva da política nacional, ressaltando a acirrada arena de disputas, que envolveram a questão como: disparidades nos quantitativos de casos e óbitos, segundo fontes oficiais, e os dados compilados por organizações indígenas e quilombolas; redução de gastos na saúde direcionados a essa parcela da população; fragilidade nas medidas preventivas e de distanciamento social bem como ineficácia da atenção primária e hospitalar adequadas, entre outros.

Em se tratando da vulnerabilidade política e socioambiental os cluster de frequência (4) e (5) ressaltam as ameaças aos direitos territoriais, culturais, ambientais, em especial no contexto do avanço do agronegócio da mineração e do garimpo sobre terras e territórios dos povos da floresta, com destaque para os termos *Ambiental e Amazônia*.

O Bioma da Amazônia Mato-Grossense se destaca como lócus do avanço do agronegócio que tem na prática da retirada da vegetação nativa, um dos vetores para sua instalação. Pesquisas realizadas pelo MapBiomas – Azevedo et. al. (2022) revelam que o Estado de Mato Grosso, está no 5º lugar no ranking nacional de desmatamento de TIs, antecedido pelo Amazonas, Pará, Rondônia e Maranhão. No ano de 2021, as TIs que mais desmataram no estado foram: Piripkura (1.251,32 ha); Sangradouro/Volta Grande (1.104,11 ha); Menkragnoti (503,07 ha); Kayabi (471,47 ha) Sete de Setembro (426,53 ha); Aripuanã (391,07 ha).

Em Mato Grosso, o município que mais desmatou foi Colniza com uma variação de 14,9% de aumento de desmatamento entre 2020-2021; na sequencia vem o município de Nova Bandeirantes com 100,6% e Apiacás com 44,4% (AZEVEDO et. al., 2022). Cabe destacar que tais áreas são atualmente alvo de garimpos ilegais.

A intensificação das atividades econômicas e o manejo inadequado por meio das queimadas que se transformam em incêndios florestais foram frequentes em 2020 no Bioma Amazônia, com destaque para região do Alto Xingu que compreende mais de 26 mil hectares de propriedades rurais, terras indígenas e áreas de conservação no norte e noroeste do estado de Mato Grosso.

A fragilidade das instituições, a exemplo da Fundação Nacional do Índio – FUNAI é destacada no cluster de frequência (7), que passou a ser comandada por militares ou por servidores substitutos ou sem vínculo com a administração pública, com muitos cargos vagos, burocratização das atividades de campo; morosidade nos processos de demarcação e homologação das TIs. Dessa forma, a instituição não cumpre suas obrigações constitucionais.

Projeto de Lei Complementar (PLC) 17/2020, de autoria do governo de Mato Grosso, que já foi aprovado em primeiro turno na Assembleia Legislativa do estado. O projeto do governador Mauro Mendes (DEM) autoriza o registro do Cadastro Ambiental Rural (CAR) de fazendas em sobreposição a terras indígenas no estado, que se tornou a Lei complementar nº 668/2020 D.O. Estado nº 27801 publicada em 27/07/2020.

Como elementos de resiliência e esperança destacou-se em 2020, a centralidade das mulheres no Território Indígena do Xingu, em Mato Grosso, um grupo de mulheres do povo Ikpeng, formou um movimento para coletar sementes florestais e restaurar as nascentes do Rio Xingu, que passa por suas aldeias para recompor as áreas desmatadas e gera renda para as coletoras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contexto da pandemia da Covid-19 agravou ainda mais situações de disputas territoriais e do desrespeito a povos da floresta. Esse texto buscou desvelar e analisar as principais manifestações dos povos da floresta de Mato Grosso durante o ano de 2020 e para tanto lançou a mão metodológica dos registros realizados pelos próprios movimentos e pela mídia.

Compreendendo quais ações foram utilizadas pelos movimentos socioterritoriais possibilita vislumbrar o alcance midiático de suas reivindicações. Percebe-se que no momento pandêmico, onde o isolamento social e a proibição de aglomerações direcionaram os movimentos socioterritoriais para a esfera das denúncias, cartas de repúdio, ofícios e carta públicas registrando as transgressões aos seus direitos e cobrando maior atuação do poder público.

Ações necessárias e que merecem maior audiência, tanto da sociedade quanto dos agentes executivos, pois tais povos apresentam uma relação de coexistência e pertencimento e de baixo impacto nos biomas em que estão presentes. São os guardiões de saberes e conhecimentos tradicionais e transgeracionais que precisam ser resguardados.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa/Portugal: Edições 70, 2021.

COSTA, B. G.. Glossário dos Tipos De Ações Realizadas Pelos Movimentos Socioterritoriais/Socioespaciais E Organizações No Dataluta Floresta. (s.n.t.). 2021.

AZEVEDO, Tasso; ROSA, Marcos Reis; SHIMBO, Julia Zanin; OLIVEIRA, Magaly Gonzales de; VALDIONES, Ana Paula; LAMA, Carolina Del; TEIXEIRA, Lana Mara Silva. Relatório Anual de Desmatamento 2021, MAPBIOMAS, 2022, p. 126. Disponível em: <<http://alerta.mapbiomas.org>>. Acesso em: 20 fev. 2022.

LIMA, W. R. N. D., Souza, P. A. R., ZAMBRA, E., & SILVA, J. J. D. (2019). Fatores Críticos de Sucesso na Gestão Estratégica de Universidades Públicas Brasileiras.

ROSSETO, O. C., DALLA-NORA, G.; MANFRINATE, R. Impactos socioambientais da inserção do agronegócio no pantanal brasileiro: trilhando caminhos IN: PIGNATTI, Wanderlei Antonio; CORRÊA, Marcia Leopoldina Montanari; LEÃO, Luís Henrique Da Costa; PIGNATTI, Marta Gislene; MACHADO, Jorge Mesquita Huet (Orgs) Desastres Sócio-Sanitário-Ambientais Do Agronegócio E Resistências Agroecológicas No Brasil. São Paulo. Editora Expressão Popular, 2021.

SAMPAIO, M. de A. P.; GIRARDI, E. P.; ROSSINI, R. E. A “expansão do agronegócio no Brasil”: um dossiê composto por olhares diversos. Confins – Revue franco-brésilienne de géographie/ Revista franco-brasilera de geografia, n. 45, 2020.

SAUER, S., LEITE, A. Z., & TUBINO, N. L. G. (2020). Agenda política da terra no governo Bolsonaro. Revista Da ANPEGE, 16(29), 285–318.

SILVA, R.; SATO, M. Territórios e identidades: mapeamento dos grupos sociais do Estado de Mato Grosso-Brasil. Ambiente & Sociedade, v. 13, p. 261-281, 2010.